



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Ata da 6ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

### DADOS

<b>Data/Hora:</b>	27/09/2019, das 14h às 17h
<b>Local:</b>	Sala do Conselho
<b>Coordenador:</b>	Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira
<b>Secretaria:</b>	Samara de Souza Pinto Arten Moreira

### PARTICIPANTES

MEMBROS	UNIDADE	PRESENÇA
Fernando Luz da Gama Lobo d'Eça	Juiz do Pleno	Não convocado
Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira	EJESC	
Carlos Valério Gerber Wietzikoski	CRE	
Carolina Testoni Knabben Caubet	ASSDG	
Samara de Souza Pinto Arten Moreira	SJ	
Thiago Veiga Leffa Behenck	STI	

### PAUTA

1. Discussão sobre as estratégias e ações a serem sugeridas à Administração para melhorar a acessibilidade nos locais de votação para as Eleições 2020;
2. Criação do Portal Acessibilidade nas páginas da intranet e internet do TRE-SC;
3. Ações de sensibilização e orientação para trazer à tona questões sobre acessibilidade;
4. Acessibilidade do PJe;
5. Apresentação do relatório dos pontos mais relevantes abordados no 1º ENAI/STJ;
6. Demais assuntos pertinentes à acessibilidade.

### ASSUNTOS TRATADOS

<p>1. Iniciados os trabalhos, os integrantes da Comissão tomaram conhecimento do Ofício-Circular CGE n. 7/2019, que dá ciência do inteiro teor da decisão proferida pelo Doutor Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral, nos autos do Processo SEI n. 2018.00.000006596, relativo à acessibilidade nos locais de votação, especificamente no que se refere à uniformização dos critérios utilizados para que uma seção eleitoral seja considerada acessível.</p> <p>2. Após discussão sobre o tema, a Comissão – tendo em vista a exigüidade do tempo para viabilizar as adequações necessárias para tornar todos os locais de votação do Estado acessíveis – acolheu, à unanimidade, a sugestão do Carlos Wietzikoski para que, neste momento, os esforços sejam direcionados à garantia da acessibilidade nos locais de votação e nas seções eleitorais onde estão inscritos eleitores com deficiência. Para tanto, o grupo deliberou por solicitar à unidade responsável da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) um levantamento de todas as seções que contam com eleitores com deficiência, bem como dos dados das vistorias realizadas em 2018 nos locais de votação e suas respectivas seções, a fim</p>
--



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Ata da 6ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

### ASSUNTOS TRATADOS

de, com base no cruzamento dessas informações, fazer um diagnóstico da situação e propor as melhorias e adequações necessárias em termos de acessibilidade ao eleitor. A Comissão também deliberou por apresentar o resultado desse trabalho ao Juiz Fernando Luz da Gama Lobo d'Eça para que ele leve o assunto à Presidência, sugerindo inclusive que as demandas sejam encaminhadas ao Ministério Público para as providências cabíveis.

3. Outro tema abordado na reunião foi a implementação do Portal Acessibilidade na página da intranet e da internet do Tribunal. Segundo informações trazidas pelo Ayrton Teixeira, a unidade responsável da STI já sinalizou a viabilidade técnica para a criação do espaço na página do Tribunal, sendo necessário apenas o fornecimento de conteúdo para alimentar o Portal. Ato contínuo, os integrantes da Comissão deliberaram, à unanimidade, por disponibilizar no referido Portal inicialmente: a composição da comissão; links da legislação e demais normas relativas à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência; informações de interesse do eleitor com deficiência, no formato de perguntas e respostas, para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à acessibilidade eleitoral, ao direito ao voto, à emissão de certidões, entre outros; o material intitulado “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”, de autoria da Rede de Acessibilidade na Administração Pública; formulários específicos; e um contato direto com a Comissão (e-mail [acessibilidade@tre-sc.jus.br](mailto:acessibilidade@tre-sc.jus.br)). Ao final desse ponto, a equipe deliberou por pesquisar nos Portais de Acessibilidade dos outros Tribunais quais as informações estão disponíveis e como são abordadas para servir de modelo para o Portal do TRE-SC.

4. Na sequência, o grupo discutiu a necessidade de que a temática que envolve a acessibilidade esteja mais presente no dia a dia do Tribunal. Para tanto, deliberou-se por abordar o tema em duas frentes, quais sejam: a sensibilização e a orientação de servidores, colaboradores e estagiários. Quanto à sensibilização, a equipe entendeu que, durante uma semana no mês de novembro de 2019, poderiam ser realizadas ações de sensibilização, tais como: palestra para abordar o tema da acessibilidade como um direito das pessoas com deficiência (Doutor Sérgio Caribé), a ser transmitida a todo o Estado; lançamento do curso à distância sobre como agir na presença de uma pessoa com deficiência e prestar-lhe um bom atendimento, que está sendo desenvolvido pela EJESC; estabelecimento do “Dia A”, um dia em que servidores voluntários fariam uso de algum tipo de equipamento (cadeira de rodas, venda nos olhos, fone para bloquear o som externo, muletas, etc) para testar a acessibilidade no trabalho, simulando situações reais enfrentadas diariamente por colegas com deficiência – ações que seriam gravadas para serem veiculadas na imprensa durante a semana de sensibilização. Em relação à orientação, a Comissão entendeu que há necessidade de disponibilizar aos Cartórios orientações diretas inerentes à acessibilidade eleitoral, como, por exemplo, que sejam tomadas providências quando forem identificados problemas de acessibilidade durante as vistorias, e que as pessoas responsáveis por essas vistorias tenham clareza sobre as formas de abordagem.

5. A seguir, o grupo deliberou por sugerir melhorias no atual Formulário de Vistoria utilizado, elencando essa atividade como prioritária para o início de 2020, observando-se o Calendário Eleitoral.

6. Outro assunto que foi abordado na reunião foi a acessibilidade do Processo Judicial Eletrônico (PJe), especificamente em relação à exigência de OCR nos documentos inseridos no sistema, a fim de garantir que os leitores de tela utilizados pelas pessoas com deficiência visual façam a leitura do texto contido na imagem. Na ocasião, o Carlos Wietzikoski relatou à Comissão que, durante as Eleições 2018, os Juízes Auxiliares, por meio de decisões em processos ligados à propaganda eleitoral, tentaram tornar obrigatória a necessidade de inserir no processo documentos com OCR – situação que gerou grande resistência por parte dos advogados. Na época, a questão foi levada à Corte (PAE n. 39.945/2018), mas não houve uma



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Ata da 6ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

### ASSUNTOS TRATADOS

decisão final e o Processo está sobrestado na Secretaria Judiciária. Para que a Comissão tenha mais informações sobre esse tema, o Carlos Wietzikoski se comprometeu a trazer para a próxima reunião mais detalhes.

7. Após as discussões, a equipe entendeu que todas as diretrizes/ações em prol da garantia da acessibilidade que forem adotadas ou sugeridas pela Comissão levem em consideração a opinião de pessoas com deficiência, incluindo, quando for o caso, a consulta a instituições ou associações de pessoas com deficiência, para que elas de fato sejam efetivas e atendam às necessidades desse público.

8. Por fim, a Samara Moreira apresentou à Comissão o relatório de sua participação no 1º ENAI, nos seguintes termos: “Nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília/DF. Representaram a Comissão de Acessibilidade e Inclusão deste Tribunal no evento o Juiz Ouvidor Fernando Luz da Gama Lobo d’Eça e a servidora Samara de Souza Pinto Arten Moreira. No primeiro dia, após a abertura do encontro pela Ministra Nancy Andrighi, Presidente da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão do STJ, foram ministradas duas palestras: a primeira pela Doutora Flavia Piovesan – que fazia uma análise dos Direitos Humanos e da Justiça Internacional com foco na proteção da dignidade humana das pessoas com deficiência; e a segunda pelo Doutor Sérgio Caribé, Procurador do Ministério Público junto ao TCU – que instigava os participantes, com base em seu testemunho pessoal, a lançarem um olhar diferente sobre a temática da deficiência. Os dois palestrantes foram uníssomos ao reconhecerem que, no Brasil, há uma vasta legislação que assegura os direitos das pessoas com deficiência, mas que, em diversas instâncias, ela não é cumprida; e que o maior desrespeito com a pessoa com deficiência é, sem dúvida, o fato de elas não serem ouvidas no momento da estipulação de políticas públicas e da implementação de ações voltadas a esse público (Nothing about us without us). No final da manhã, a Doutora Valéria Ribeiro e outros membros do Acordo de Cooperação Técnica para Rede de Acessibilidade apresentaram a publicação: “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas” – material que se destina a gestores públicos e é composta por cinco capítulos, glossário, legislação pertinente e instrumento de autoavaliação de acessibilidade. Cada capítulo descreve uma das dimensões da acessibilidade (gestão da acessibilidade, acessibilidade arquitetônica e urbanística, acessibilidade comunicacional, acessibilidade em serviços e acessibilidade tecnológica) e, no tópico “recomendações, sugere, no âmbito do planejamento institucional, uma forma de priorizar as ações necessárias para promover a acessibilidade relativa ao tema ali tratado. Durante a tarde, no primeiro painel, que tratou da acessibilidade comunicacional e serviços, foram apresentadas experiências do TJ/DFT sobre os desafios do cadastro dos servidores com deficiência; do TRE/SP com a designação de colaboradores com conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atuar voluntariamente no dia da eleição, prestando orientação sobre os serviços eleitorais nos locais de votação; e da JF/RS sobre a Inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho. Cabe destacar que o trabalho do TRE/SP, denominado Voto Acessível – que foi apresentado pelas Assessoras de Planejamento Estratégico de Eleições e integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Livia Guiseline e Regina Rufino –, tem por objetivo eliminar as barreiras na comunicação com os eleitores com deficiência auditiva no dia da eleição. Para tanto, a partir de 2013, aquele Regional passou a celebrar convênios e firmar parcerias com entidades e associações de pessoas com esse tipo de deficiência para obter apoio de colaboradores para auxiliarem na



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Ata da 6ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

### ASSUNTOS TRATADOS

comunicação em libras nos locais de votação. Essas ações foram implementadas nas Eleições de 2014, 2016 e 2018, com significativo aumento no número de eleitores com deficiência auditiva identificados no Cadastro Eleitoral e no número de auxiliares de libras dispostos a contribuir com a Justiça Eleitoral. Foram realizadas campanhas de sensibilização e ações concentradas para ampliar o cadastro; bem como pesquisas de satisfação com os participantes para avaliação dos trabalhos e coleta de sugestão de melhorias. Merece destaque também o trabalho apresentado pela JF/RS neste painel, que apresentou a experiência da contratação com dispensa de licitação de pessoas com deficiência auditiva, com base no art. 24, XX, da Lei n. 8666. Dentre as contratações efetivadas dessa forma, cabe destacar a de um profissional com fluência em libras que passou a ocupar o cargo de Facilitador de Acessibilidade, desenvolvendo suas atribuições na recepção do órgão, a fim de intermediar a comunicação entre o cidadão e os prestadores do serviço público, bem como auxiliar as pessoas com deficiência e as que necessitam de algum tipo de atendimento especial a se locomoverem pelo prédio. Esse colaborador também já atuou nas audiências e perícias realizada pela JF quando partes ou interessados eram pessoas com deficiência auditiva. As palestrantes registraram que os custos com esse tipo de contratação são baixos e os impactos causados com a convivência diária com colaboradores com deficiência auditiva foram muito positivos tanto para a instituição quanto para o corpo funcional. No segundo painel, que tratou da acessibilidade arquitetônica e urbanística, foram apresentadas experiências do TCU sobre a validação e teste do projeto arquitetônico; da JF/RS sobre os novos parâmetros para a edificação da Justiça Federal; e do TST sobre a sinalização interna naquele Tribunal. A última atividade do dia foi o lançamento do Aplicativo Vem CA –Plataforma Nacional de Cultura Acessível, desenvolvida pela Escola de Gente, que busca reunir em um mesmo aplicativo opções culturais que sejam acessíveis às Pessoas com deficiência; e os trabalhos foram encerrados com a apresentação musical da banda Pratas da Casa. No segundo dia, após a abertura do encontro, o Desembargador do Trabalho Ricardo Tadeu Fonseca, do TRT da 9ª Região/PR, ministrou palestra que abordou, de forma brilhante e sensível, as inovações trazidas pela Resolução CNJ n. 230/2016. Em seguida, no terceiro painel do evento, que abordou o tema da acessibilidade tecnológica, o STJ apresentou sua experiência com a ocerização de seus processos; o TRF 2 apresentou as mudanças arquitetônicas e de equipamentos adotadas por aquele Tribunal para permitir a plena acessibilidade na Biblioteca; e a Câmara dos Deputados apresentou as ações implementadas para a promoção da acessibilidade web na sua página na internet. Ato contínuo, foi ministrada a palestra sobre a avaliação biopsicossocial sobre a questão da deficiência pela Doutora Izabel Maria Loureiro Maior – primeira pessoa a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e liderança há mais de 30 anos do Movimento das Pessoas com Deficiência. E ao final dos trabalhos, a Coordenadora do Programa STF sem Barreiras, Doutora Fernanda Viera, também apresentou as boas práticas daquele Sodalício em termos de acessibilidade. No período da tarde, a primeira palestra foi proferida pelo Ministro Sérgio Kukina, que iniciou os trabalhos veiculando um vídeo institucional que mostrava a iniciativa do STJ na contratação de colaboradores com deficiência auditiva para a realização de tarefas voltadas à digitalização de documentos e processos. Em seguida, os 63 colaboradores contratados entraram no auditório e receberam os agradecimentos do Ministro e os aplausos emocionados da platéia. Após, Sua Excelência, de maneira brilhante e muito bem-humorada, abordou o tema da inclusão nos ambientes de trabalho. No quarto e último Painel do evento, que tratou da gestão da acessibilidade, o Senado Federal apresentou seu plano de acessibilidade como ferramenta de gestão naquele órgão; o TJ/SP compartilhou sua experiência com a implementação de um trabalho relativo à transposição de barreiras atitudinais



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Ata da 6ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

### ASSUNTOS TRATADOS

impostas às pessoas com deficiência; e o TSE apresentou algumas medidas adotadas para garantir a participação da pessoa com deficiência na vida política e pública. No final do evento, a Doutora Susan Andrews brindou os participantes com a palestra sobre os benefícios da empatia na construção da sociedade; e todos puderam prestigiar a apresentação musical Banda Surdodum, fechando com “chave de ouro” a programação do 1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão do STJ. Cabe destacar que o evento contou com tradução simultânea em Libras; com equipamentos de áudio-descrição simultânea para auxiliar pessoas com deficiência visual a terem uma melhor percepção do ambiente e das informações que estavam sendo mostradas nos telões. Vários palestrantes, ao iniciarem os trabalhos, começavam falando fora do microfone para que as pessoas com deficiência visual conseguissem perceber a sua localização na mesa; e, no primeiro dia, um dos palestrantes também pediu para que os participantes fizessem barulho para que as pessoas com deficiência visual pudessem perceber a quantidade de pessoas presentes no evento. Havia vários participantes cegos sendo acompanhados por cães-guia. Em suma, das boas práticas apresentadas no evento, as que mais chamaram atenção foram: TRE/SP – auxiliares de libras nos locais de votação; JF/RS – contratação direta de colaboradores com deficiência auditiva (Facilitador de Acessibilidade); TRF2 – Biblioteca acessível; Senado Federal – Plano de Acessibilidade; TJ/SP – Minimização de barreiras atitudinais; e STJ – contratação de pessoas com deficiência e digitalização de documentos com OCR. “

Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira, encerrou a reunião e eu, Samara de Souza Pinto Arten Moreira, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

### PROVIDÊNCIAS PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

1. Próxima reunião: **7/10/2019, às 16 horas, na Sala do Conselho.**

2. Providências:

- Solicitar um relatório da STI com as vistorias dos locais de votação realizadas em 2018 e das seções eleitorais que contam com eleitores com deficiência para análise;
- Pesquisar as páginas dos outros Tribunais para saber como estão tratando os conteúdos de acessibilidade;
- Fazer um levantamento de como está o andamento do PAE n. 39.945/2018 para retomar a discussão sobre a necessidade de exigir o reconhecimento ótico de caracteres (OCR) em documentos inseridos no PJe;
- Melhoria nos formulários;
- Sensibilização e orientação?